



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

segunda-feira, 17 de novembro de 2025

Ano X - Edição nº 01488 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa publica



Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
EC959A26D85C2347354B60802F039238

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

SUMÁRIO

- TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 057/2025
- VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 011/2025, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2025.
- LEI MUNICIPAL Nº 013/2025 DE 27 DE OUTUBRO DE 2025.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Contrato



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
CNPJ: 13.810.833/0001-60



TERMO DE APOSTILAMENTO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2025

TERMO DE APOSTILAMENTO AO
CONTRATO Nº 057/2025, DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - BAHIA, E,
DO OUTRO LADO, A EMPRESA
MULTIFORNECE SOLUÇÕES LTDA, NA
FORMA ABAIXO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESCARTÁVEIS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE RUY BARBOSA - BA.

O presente instrumento tem como objeto apostilar a Cláusula Quinta do **Contrato Administrativo nº 057/2025**, vinculado à **Dispensa de Licitação nº 014/2025**, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa/BA e a empresa **MULTIFORNECE SOLUÇÕES LTDA**, inscrita sob nº de CNPJ: 37.682.129/0001-37. Considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, passando a vigorar a seguinte Dotação Orçamentária para despesas da Secretaria de Assistência Social:

Órgão: 10.01 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Ação: 2.065 – Gestão das Ações da Secretaria de Assistência Social.

Elemento: 2.065 – Gestão das Ações da Secretaria de Assistência Social.

Fontes: 1.500.0000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

1.660.0000 – Transf. de Recursos do FNAS.

CLAUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições alteradas expressamente pelo presente instrumento, para que através deste, produza os devidos e legais efeitos.

Ruy Barbosa – BA, 30 de outubro de 2025.

ERIDAN MARTINS DE ARAÚJO DOURADO
Prefeita Municipal

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA CEP.:46800-000
www.ruybarbosa.ba.gov.br

Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba
ruybarbosa.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Projetos de Lei



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM DE VETO TOTAL Nº 001/2025

Assunto: Veto Total ao Autógrafo de Lei nº 011/2025.

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ruy Barbosa,
Ilustríssimos Senhores Vereadores e Vereadoras",

Comunico a Vossa Excelência e a esta Egrégia Casa Legislativa que, no uso das atribuições que me confere o artigo 65, §1º, da Lei Orgânica do Município, decidi **VETAR TOTALMENTE** o Autógrafo de Lei nº 011/2025, aprovado em Sessão de 23 de outubro de 2025, que autoriza o Poder Executivo a conceder aumento salarial de 20% (vinte por cento) aos servidores públicos do quadro permanente, extensivo aos inativos e pensionistas, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2025.

A presente decisão, embora difícil do ponto de vista do anseio dos nossos valorosos servidores, é um ato de imperiosa responsabilidade fiscal, jurídica e administrativa, fundamentado na manifesta e insanável inconstitucionalidade e ilegalidade da proposição, conforme passo a expor.

I. DA INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL: VIOLAÇÃO FRONTAL À CONSTITUIÇÃO FEDERAL E À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O vício mais flagrante e insuperável do projeto reside na sua origem: a completa e deliberada ausência da **Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF)**, exigência inafastável para qualquer ato que resulte em aumento de despesa de caráter continuado.

A Constituição Federal, em seu artigo 169, e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), em seus artigos 16, 17 e 21, formam um sistema de proteção às finanças públicas que foi frontalmente ignorado. A LRF é clara ao determinar que a criação de despesa obrigatória de caráter continuado, como é o caso de um reajuste salarial, deve ser instruída com:

1. **Estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes (art. 16, I, LRF).
2. **Demonstração da origem dos recursos para seu custeio** (art. 16, II, LRF).
3. **Comprovação de que o aumento não afetará as metas de resultados fiscais e que seus efeitos financeiros serão compensados** (art. 17, LRF).

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

1

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

O projeto de lei em questão, de autoria do então Prefeito Interino, Sr. Ney Marques Dias, foi enviado a esta Casa em 26 de maio de 2025 desacompanhado de qualquer análise técnica, estudo ou planilha que demonstrasse sua compatibilidade com o orçamento municipal. Trata-se de um ato de manifesta irresponsabilidade fiscal, que propõe um aumento de despesa de potencial impacto bilionário ao longo dos anos, sem a mínima demonstração de como o Município arcaria com tal ônus.

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** possui jurisprudência pacífica e consolidada no sentido de declarar a inconstitucionalidade de leis que concedem aumento a servidores sem o devido estudo de impacto orçamentário-financeiro, por violação direta ao art. 169 da CF/88 e à LRF. A ausência do EIOF não é mera irregularidade, **mas sim um vício de inconstitucionalidade formal insanável.**

STF — Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5377

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI ESTADUAL QUE CONCEDE REAJUSTE REMUNERATÓRIO A SERVIDORES PÚBLICOS. AUSÊNCIA DE PRÉVIA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE ESTUDO DE IMPACTO FINANCEIRO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 169, § 1º, I E II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRECEDENTES.

1. É inconstitucional, por vício formal, a lei que concede reajuste remuneratório a servidores públicos sem a prévia dotação orçamentária e a autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como sem o estudo de seu impacto financeiro. Afronta ao art. 169, § 1º, da Constituição Federal.

2. A exigência de prévia dotação orçamentária e de estudo de impacto financeiro visa a garantir a responsabilidade na gestão fiscal, evitando que o Poder Público assuma obrigações financeiras que não possa cumprir, em detrimento do equilíbrio das contas públicas e da própria continuidade dos serviços essenciais.

Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

Adicionalmente, a tentativa desta gestão em sanar o vício, por meio de e-mail enviado em 15/10/2025 pela Secretaria de Finanças à Câmara Municipal, solicitando a devolução do projeto para a devida análise de impacto, foi ignorada. A insistência desta Casa em aprovar um projeto manifestamente ilegal, mesmo após ser alertada pela atual gestão, agrava a situação e demonstra um descaso com a saúde financeira do Município.

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

2

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

II. DA ILEGALIDADE E DA AFRONTA AOS PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS

A aprovação do projeto contraria não apenas a legislação federal, mas também o entendimento consolidado dos órgãos de controle e do Poder Judiciário baiano.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), em sua função de controle externo, na análise de contas, tem sido rigoroso na rejeição de gestões que desrespeitam a Lei de Responsabilidade Fiscal, especialmente no que tange à criação de despesas sem o devido planejamento. A sanção de uma lei como esta resultaria, com quase absoluta certeza, na futura rejeição das contas desta gestão, pois a criação de despesa obrigatória de caráter continuado, como aumentos salariais, sem a elaboração da respectiva Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro (EIOF), conforme exigido pelos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, constitui **irregularidade grave e insanável**. Tal omissão impede a verificação do equilíbrio das contas públicas e do cumprimento das metas fiscais, ensejando a emissão de Parecer Prévio pela Rejeição das Contas do Gestor, com aplicação de multas e outras sanções, por violação direta aos princípios da legalidade, do planejamento e da gestão fiscal responsável.

Recentemente, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), em decisão emblemática, suspendeu provisoriamente a Lei Municipal nº 4.247/2024, do Município de Feira de Santana, que também tratava de reajuste salarial, por vislumbrar violação à Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal precedente demonstra que o Poder Judiciário baiano está atento e não hesitará em suspender a eficácia de leis que, embora populares, representem um risco à estabilidade fiscal dos municípios.

O Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) segue a mesma linha do STF, aplicando o entendimento ao âmbito municipal e suspendendo leis com vícios semelhantes,

TJBA — Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 8024529-55.2024.8.05.0000

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL Nº 4.247/2024 DO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA. REAJUSTE SALARIAL PARA SERVIDORES. AUSÊNCIA DE ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO. VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000) E AO ART. 169 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRESENÇA DO *FUMUS BONI IURIS* E DO *PERICULUM IN MORA*. MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.

1. A concessão de reajuste salarial a servidores públicos, por se tratar de despesa obrigatória de caráter continuado, submete-se às rigorosas

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

3

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente a apresentação de prévio estudo de impacto orçamentário-financeiro.

2. A ausência de tal estudo configura vício insanável e atenta contra a gestão fiscal responsável, justificando a suspensão cautelar da norma para evitar grave lesão às finanças do município.

3. Presentes os requisitos da plausibilidade do direito invocado e do perigo da demora, defere-se a medida cautelar para suspender a eficácia da lei municipal impugnada até o julgamento final da ação.

III. DAS CONSEQUÊNCIAS DA SANÇÃO E DA TIPIFICAÇÃO DAS CONDUTAS DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Sancionar o presente projeto de lei não seria apenas um ato de má gestão; seria compactuar com uma ilegalidade manifesta, atraindo para a atual gestora a responsabilidade por um ato viciado em sua origem. A sanção de uma despesa sem o devido amparo legal e orçamentário configuraria, para a gestão atual, a prática de ato de improbidade administrativa.

Contudo, a responsabilidade não se limita a quem sanciona. A cadeia de atos que culminou na aprovação deste projeto ilegal enseja a responsabilização de todos os agentes públicos que, por ação ou omissão, contribuíram para o ilícito.

3.1. Do Ex-Prefeito Interino (Sr. Ney Marques Dias): Ao propor um projeto de lei de tamanho impacto financeiro, ao final de uma gestão interina e sem o indispensável estudo de impacto, o ex-gestor praticou, em tese, as seguintes infrações:

- **Ato de Improbidade Administrativa que Causa Prejuízo ao Erário** (Art. 10, caput e inciso IX, da Lei nº 8.429/92): Ao ordenar ou permitir a realização de despesa não autorizada em lei ou regulamento, agindo com dolo de promover um aumento sem observar as normas cogentes da LRF.

- **Crime de Responsabilidade** (Art. 1º, inciso V, do Decreto-Lei nº 201/67): Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei.

- **Infração à Lei de Responsabilidade Fiscal** (Art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028/2000): Ordenar despesa não autorizada por lei, o que inclui aquela desprovida do necessário estudo de impacto.

3.2. Do Presidente e dos Vereadores da Câmara Municipal: Ao pautar, deliberar e aprovar um projeto de lei manifestamente inconstitucional e ilegal, mesmo após o

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br

4

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
GABINETE DO PREFEITO

alerta da atual gestão, os parlamentares que votaram favoravelmente podem ser responsabilizados por:

- **Ato de Improbidade Administrativa** (Art. 10, caput, da Lei nº 8.429/92): Por concorrerem, com seu voto doloso, para a prática de ato que causa lesão ao erário.

O dolo se configura na vontade livre e consciente de aprovar uma norma sabidamente contrária à Constituição e à LRF, ignorando o dever de fiscalização e legalidade.

3.3. Dos Membros das Comissões Permanentes (Constituição e Justiça; Finanças e Orçamento): As comissões técnicas têm o dever funcional de analisar a constitucionalidade, legalidade e adequação orçamentária dos projetos. Ao emitirem pareceres favoráveis a uma proposição que flagrantemente viola a LRF, seus membros podem responder por:

- **Ato de Improbidade Administrativa** (Art. 10, caput, da Lei nº 8.429/92): Por concorrerem para a prática do ato lesivo, ao falharem dolosamente em seu dever de controle prévio de legalidade. A emissão de um parecer técnico favorável a um projeto desprovido do requisito mais basilar de responsabilidade fiscal não pode ser vista como mero erro, mas como uma conduta dolosa que viabilizou a tramitação da ilegalidade.

IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, diante da manifesta e insanável inconstitucionalidade e ilegalidade do Autógrafo de Lei nº 011/2025, por violação direta ao art. 169 da Constituição Federal e aos artigos 16, 17 e 21 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e em nome da responsabilidade com o futuro financeiro de Ruy Barbosa, **VETO TOTALMENTE** a referida proposição.

Devolvo, assim, a matéria ao reexame dessa Colenda Casa Legislativa, na certeza de que os nobres Edis, cientes da gravidade dos vícios apontados, compreenderão a necessidade e a justeza desta decisão.

Ruy Barbosa/BA, 11 de novembro de 2025.

Atenciosamente,

ERIDAN MARTINS DE ARAÚJO DOURADO
Prefeita Municipal de Ruy Barbosa.

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253 Fone: (75) 3252-1510/Fax: (75) 3252-1511
www.ruybarbosa.ba.gov.br


5

Digitalizado com CamScanner

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

10/11/2025, 11:22

Itens Enviados - Financeiro PMRB - Outlook


 Outlook

SOLICITAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DE PROJETO DE LEI

De Financeiro PMRB <financeiropmr@outlook.com>

Data Qua, 15/10/2025 09:44

Para Camaramunicipalruybarbosa@hotmail.com <Camaramunicipalruybarbosa@hotmail.com>

 1 anexo (285 KB)

Ofício Câmara - Projeto 011-2025.pdf;

Senhor Presidente:

Pelo presente, encaminho a Vossa Excelência, ofício solicitando devolução de Projeto de Lei.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração e apreço.

Eduardo Mota de Macedo
Sec. de Administração



Não contém vírus.www.avg.com

<https://outlook.live.com/mail/0/sentItems/id/AQQKADAwATMwMAExLTk2OTEIN2E5MS0wMAIIMDAKABAApfzCR6JPY0G5jvUgY7zika%3D%3D>

1/1



Digitalizado com CamScanner

Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE RUY BARBOSA

OFICIO nº - 148/2025

O Município de RUY BARBOSA, vem com a devida vênia, requerer a Vossa Excelência a devolução do Projeto de Lei 011/2025, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo Municipal de Ruy Barbosa a conceder aumento salarial aos funcionários do quadro permanente do município de Ruy Barbosa e dá outras providências", dada a necessidade de se avaliar o impacto financeiro sobre as finanças municipais.

Na oportunidade, renovamos protestos de consideração e apreço.

ERIDAN MARTINS DE ARAUJO Assinado de forma digital por ERIDAN MARTINS
DE ARAUJO DOURADO:14106353504
Dados: 2025.10.15 09:40:50 -03'00'

Eridan Martins de Araujo Dourado

Prefeita

Digitalizado com CamScanner

Praça Coronel Adalberto Ribeiro Sampaio | 253 | Centro | Ruy Barbosa-Ba

ruybarbosa.ba.gov.br

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Lei



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA
www.ruybarbosa.ba.gov.br

LEI MUNICIPAL Nº 013/2025 DE 27 DE OUTUBRO DE 2025

Cria os componentes municipais de Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Ruy Barbosa e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º- A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º- A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, implementar, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA

www.ruybarbosa.ba.gov.br

Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis

Parágrafo único: A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento da desnutrição, do sobrepeso e da obesidade, além da contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - A ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos, comunidades tradicionais, povos indígenas e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - A produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - A implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos,

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA
www.ruybarbosa.ba.gov.br

respeitando-se as múltiplas características territoriais e etnoculturais do município;

VII - A adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do município, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros;

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do município de Ruy Barbosa sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º - O Município de Ruy Barbosa, Estado da Bahia, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do estado, contribuindo para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPITULO II DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º - A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Ruy Barbosa, Estado Bahia, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA- Municipal, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável, cuja atribuição básica é fazer a interlocução entre o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e o Governo Municipal. **(A CAISAN É O GOVERNO MUNICIPAL, tanto que é formada pelos secretários das pastas e os indicados por ele, ou seja, é a GESTÃO MUNICIPAL. O principal papel da CAISAN é promover a intersetorialidade e integração entre os setores da gestão, por isso “Camara intersetorial” é composta e presidida pelos gestores municipais,**

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA
www.ruybarbosa.ba.gov.br

ela contribui com a interlocução e diálogo com a sociedade civil, conforme o Art. 15º, porque os mesmos membros do poder público que estão no CONSEA e participam dos debates ali, escutam, dialogam são os membros da CAISAN, mas seu objetivo no SISAN é promover a intersectorialidade dentro da gestão)

Art. 8º - O SISAN rege-se pelos princípios e diretrizes dispostos na Lei 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º- São componentes municipais do SISAN:

I- A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II- O CONSEA Municipal, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social

III- A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional — CAISAN Municipal - integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) Elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº- 7.272/2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) Monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano;

Parágrafo único: A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - Os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA

www.ruybarbosa.ba.gov.br

regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional — CAISAN; (a regulamentação de como instituições privadas podem ser incorporadas ao SISAN pelo critérios definidos pela CAISAN Nacional) ou O SISAN e o CONSEA-RB-BA poderão incorporar outros representantes de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional- CAISAN, como observadores e colaboradores voluntários.

SEÇÃO I – DAS CONFERÊNCIAS

Art. 10º – As conferências são instâncias responsáveis pela indicação aos CONSEA's, Estadual e Municipais, das diretrizes e prioridades da Política e dos Planos Estadual e Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado.

Parágrafo único – A Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no Município realizar-se-á com periodicidade não superior a 04 (quatro) anos, com representantes do poder público e da sociedade civil, cabendo-lhes:

- I – Propor as diretrizes para a construção da Política e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional em sua respectiva área político-administrativa;
- II – Realizar a avaliação do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no município;
- III – Escolher os delegados para as conferências de âmbito superior.
- IV – Analisar os avanços, as ameaças e as perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e para a promoção da soberania alimentar em âmbito municipal;
- V - Apresentar recomendações relacionadas ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- VI - Avaliar e fazer recomendações para avançar e qualificar o processo de implementação do SISAN nas esferas de governo municipal, visando o fortalecimento da intersetorialidade, da exigibilidade do direito humano à alimentação adequada e saudável, da participação e do controle social;
- VII - Sensibilizar, mobilizar e comprometer os atores para a adesão ao SISAN e a construção do pacto de gestão pelo direito humano à alimentação adequada e saudável.

SEÇÃO II – DO CONSEA

Art. 11º – Ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, órgão de assessoramento direto a Prefeita e a Secretaria Municipal

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA

Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA

www.ruybarbosa.ba.gov.br

de Assistência Social, cabe propor as diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, além de acompanhar, articular e monitorar a convergência de ações destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável.

Parágrafo único – A destinação dos servidores, infraestrutura e recursos financeiros necessários ao funcionamento do COMSEA ficará a cargo da prefeitura municipal, por meio de dotação orçamentária própria.

Art. 12 – Compete ao COMSEA:

I – Convocar a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como definir seus parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regimento próprio;

II – Propor ao Poder Executivo Municipal, considerando as deliberações da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, os programas, ações, diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução;

III – Apreciar e aprovar a Política e o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional elaborado pela CAISAN Municipal;

IV – Promover campanhas de conscientização da opinião pública sobre o direito humano à alimentação adequada e saudável, democratizando as informações inerentes à segurança alimentar e nutricional;

V – Instituir mecanismos de formação e capacitação permanente em Segurança Alimentar e Nutricional dos conselheiros e observadores;

VI – Elaborar seu regimento interno;

VII – Eleger seu Presidente, dentre os representantes da sociedade civil;

VIII - Apoiar a atuação integrada dos órgãos governamentais e das organizações da sociedade civil envolvidas nas ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional;

IX - Criar instâncias para acompanhamento permanente de temas fundamentais na área de Segurança Alimentar e Nutricional;

X - Efetivar o controle social da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, através do acompanhamento, articulação e monitoramento das ações destinadas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e saudável;

XI- Mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de Segurança Alimentar e Nutricional.

XII -Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os demais integrantes do sistema, a implementação e a convergência de ações inerentes à Política e ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

XIII- Eleger seu vice-presidente pelo poder público;

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA
www.ruybarbosa.ba.gov.br

XIV-O poder público designar um secretário executivo com carga horária exclusiva ao CAISAN e o CONSEA;

XV - Exercer outras atividades correlatas.

Art. 13º – A atuação dos conselheiros, efetivos e suplentes, no COMSEA será considerada serviço de relevante interesse público e não remunerado.

Art. 14º – O Conselho será constituído por conselheiros e seus respectivos suplentes, nomeados pela Prefeita do Município, sendo:

I – 1/3 (um terço) de representantes governamentais constituído pelos Secretários Municipais responsáveis pelas Pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional;

II – 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios previamente definidos;

III – Observadores, incluindo-se representantes de Conselhos de áreas afins, no âmbito municipal ou estadual, e de organismos nacionais.

Parágrafo único – O Conselho será presidido por um de seus membros, representante da sociedade civil, indicado pelo plenário do colegiado, na forma regimental, e nomeado pela Prefeita do Município e terá como Secretária Geral a Secretária de Assistência Social.

SEÇÃO III – DA CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 15º – Fica criada Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública municipal afetos à área de segurança alimentar e nutricional, com as seguintes competências:

I – Elaborar, a partir das diretrizes emanadas do CONSEA municipal, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

II – Coordenar a execução do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

III – Orientar e apoiar as políticas e planos de suas congêneres municipais.

Art. 16º – Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, será integrada por Secretários do município responsáveis pelas Pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional.

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
Praça Cel. Adalberto Ribeiro Sampaio, 253, Centro, Ruy Barbosa/BA
www.ruybarbosa.ba.gov.br

Art.17º - O CAISAN e o CONSEA-RB-BA, componentes do SISAN poderão convidar especialistas para prestar assessoria no planejamento e execução das ações.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18º- A Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de até 30 (trinta) dias.

Art.19º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ruy Barbosa, Bahia, 27 de outubro 2025.

ERIDAN MARTINS DE ARAÚJO DOURADO
- **Prefeita Municipal** -